

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.454 - PR (2019/0028524-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : MARIA LUCIA PARTHEY  
**ADVOGADOS** : BRUNO PONICH RUZON - PR040729  
CHRISTOPHER ROMERO FELIZARDO E OUTRO(S) - PR041966  
**AGRAVADO** : CARLOS EDUARDO SANCHES VAZ  
**ADVOGADOS** : DIMAS JOSÉ DE OLIVEIRA - PR032608  
DIMAS JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S) - PR054283

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo (artigo 1.042, CPC/15), interposto por **MARIA LUCIA PARTHEY**, em face de decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre (art. 105, III, alíneas "a", CF) desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 956-957, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS -ERRO MÉDICO - TRATAMENTO CIRÚRGICO - AGRAVO RETIDO - PRETENSÃO DE REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE UM DOS PONTOS CONTROVERTIDOS - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO - DESPACHO SANEADOR - MERA FUNÇÃO ORGANIZATÓRIA DO PROCESSO - DESPROVIDO - APELAÇÃO - OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA ANTE AO INDEFERIMENTO PARA PRODUÇÃO DE PROVA ORAL E COMPLEMEiVTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL ATRAVÉS DE QUESITOS - TESES AFASTADAS - PROVA ORAL INÓCUA - QUESITOS DESNECESSÁRIOS - ELEMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS SUFICIENTES AO JULGAMENTO DA CAUSA - JUIZ DESTINATÁRIO DAS PROVAS - MÉRITO - DIAGNÓSTICO EQUIVOCADO - PROVA PERICIAL QUE RECONHECE O DIGNÓSTICO E O TRATAMENTO COMO ADEQUADOS - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ADEQUADOS RECURSO DE AGRAVO RETIDO DESPROVIDO RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 988-1008, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 1011-1026, e-STJ), a parte agravante aponta violação aos artigos 489, §1º, III, IV e VI; 1.022; 141; 469; 473 e 477, §§2º e 3º, do CPC/15.

Sustenta, em síntese: **a)** que mesmo após a oposição de embargos de declaração, o Tribunal não se pronunciou sobre a alegação de deficiência na prova pericial, sobre o pedido de esclarecimento formulado, bem como sobre a necessidade de produção de prova oral e a não aplicação de precedentes por ela invocados; **b)** nulidade processual pela supressão de causa de pedir na fixação de pontos controvertidos no despacho saneador; **c)** cerceamento de defesa pelo julgamento da lide sem a complementação do laudo pericial, com a negativa de remessa dos autos ao perito para prestar esclarecimentos e responder

# Superior Tribunal de Justiça

quesitos suplementares.

Contrarrazões às fls. 1030-1049, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 1051-1053, e-STJ), dando ensejo no presente agravo (fls. 1056-1070, e-STJ), por meio do qual a agravante pretende a reforma da decisão impugnada e o processamento do apelo.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, a parte insurgente aponta violação aos artigos 489, §1º, III, IV e VI e 1.022 do CPC/15, ao argumento de que mesmo após a oposição de embargos de declaração, o Tribunal não se pronunciou sobre a alegação de deficiência na prova pericial, sobre o pedido de esclarecimento formulado, bem como sobre a necessidade de produção de prova oral e a não aplicação de precedentes por ela invocados.

Da leitura do acórdão recorrido, notadamente da fundamentação constante às fls. 962-965, e-STJ, não se vislumbra qualquer vício, na medida em que o órgão julgador dirimiu todas as questões que lhe fora posta à apreciação, de forma clara e sem omissões, embora não tenha acolhido a pretensão da parte agravante.

Na mesma linha, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1291104/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 02/06/2016; AgRg no Ag 1252154/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015; REsp 1395221/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013.

Cumpra registrar, que a orientação desta Corte é no sentido de que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio, como ocorreu na hipótese *sub judice*.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. [...] 1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC, pois o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. 2. O Tribunal de origem por ocasião do julgamento do recurso examinou as questões, embora de forma contrária à pretensão do recorrente, não existindo omissão a ser sanada. [...] 5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 627.146/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 29/10/2015) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 826 E 927 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTENTE. JULGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CONCLUSÃO FIRMADA COM BASE NA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚM. 7/STJ. DISSÍDIO

# Superior Tribunal de Justiça

INTERPRETATIVO. NÃO OBEDIÊNCIA AOS TERMOS REGIMENTAIS. REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Não se configurou a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos aos autos pelas partes. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 498.536/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 16/09/2015) [grifou-se]

Inexiste, portanto, violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15, visto que as questões foram apreciadas pelo Tribunal de origem, cuja fundamentação foi clara e suficiente para o deslinde da controvérsia.

2. Outrossim, a parte agravante afirma que o artigo 141 do CPC/15 foi violado, na medida em que no despacho saneador não constou causa de pedir relacionada à ofensa ao direito de informação da paciente.

Com efeito, verifica-se que o artigo de lei apontado como violado não possui comando normativo suficiente para infirmar a conclusão do acórdão recorrido no sentido de que: "Por outro lado, tampouco se mostra imprescindível a expressa fixação de todos os pontos controvertidos no despacho saneador, uma vez que se prestam tão somente a propiciar eficiência na condução do processo, sendo que a sua ausência não implica em nulidade, e sequer obsta a sua análise quando do julgamento do mérito, o que se faz sem prejuízo a qualquer das partes" (fl. 963, e-STJ).

Portanto, considerando que a incompatibilidade da fundamentação recursal com o dispositivo apontado como violado, e não tendo sido alegada violação à norma com carga normativa suficiente para alterar o julgado, incide o óbice da Súmula 284/STF.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ART. 513 DO CPC/1973. FALTA DE PERTINÊNCIA TEMÁTICA COM A TESE DO ESPECIAL. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO DE RELATOR. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando a Corte local pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos argumentos que, em princípio, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo. O fato de o Tribunal de origem não ter adotado a tese defendida pela parte recorrente não configura negativa de prestação jurisdicional.

2. O art. 513 do CPC/1973 não possui carga normativa para sustentar a tese de cerceamento de defesa, o que inviabiliza o conhecimento da insurgência, nos termos da Súmula n. 284/STF.

3. Nos termos do art. 557, § 1º, do CPC/1973 - vigente à época -, decisão monocrática de relator deve ser impugnada mediante agravo (interno ou regimental), não sendo aplicável o princípio da fungibilidade recursal para

# Superior Tribunal de Justiça

conhecimento de agravo de instrumento interposto contra essa decisão. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1091409/BA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE NULIDADE DE TESTAMENTO - INOBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO - FORMALISMO QUE NÃO PODE SE OPOR À VONTADE DA TESTADORA - ALEGAÇÃO DE VÍCIO NO CONSENTIMENTO - INEXISTÊNCIA.

[...]

3. No que concerne à impossibilidade de ser a mesma pessoa testemunha, testamenteiro e inventariante, nota-se que o recurso especial encontra-se deficiente, porquanto esta Corte Superior entende que o dispositivo legal tido como violado deve conter carga normativa suficiente a alterar o julgado hostilizado. Na hipótese vertente, o insurgente aponta ofensa à regra jurídica incapaz de exercer modificação no provimento jurisdicional atacado, razão pela qual o apelo extremo é deficiente, nos termos da Súmula n. 284 do STF. Ainda que assim não fosse, o aresto hostilizado está fundado na regra do art. 990, V, do Código de Processo Civil, que não fora objeto de impugnação pelo apelo extremo, motivo pelo qual incide por analogia a Súmula n. 283 do STF.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AgRg no REsp 1230609/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 02/10/2013) [grifou-se]

3. Por fim, a parte insurgente aduz ter havido cerceamento de defesa pelo julgamento da lide, sem a necessária complementação do laudo pericial.

Neste aspecto, assim conclui o órgão julgador (fl. 963-964, e-STJ):

Sob este pálio, vale recordar que o magistrado é o destinatário das provas, cabendo a este analisar quais são necessárias para o seu convencimento, indeferindo protelatórias as diligências inúteis ou meramente protelatórias, na forma do disposto no art. 370 do Código de Processo Civil/2015.

Ao juiz é atribuído o poder de ordenar instrução da demanda pelos meios que reputar mais formulação de seu convencimento, fazendo-o, inclusive, de ofício, nos termos do que dispõe o citado dispositivo legal.

Quanto ao indeferimento dos quesitos complementares a linha de raciocínio é a mesma, na medida em que, sendo o laudo claro e coeso, possibilitando o julgamento da demanda, tem-se que cumpriu satisfatoriamente a sua finalidade, não estando o magistrado sujeito a ter que acatar inúmeros questionamentos formulados por mero inconformismo das partes.

Como se vê, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que não implica cerceamento de defesa o indeferimento da dilação probatória, notadamente quando as provas já produzidas são suficientes para a resolução da lide.

No ponto, rever o entendimento do Tribunal local acerca da suficiência da prova

# Superior Tribunal de Justiça

pericial produzida demandaria o reexame do contexto fático probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

Neste sentido, precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS. **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.** AGRAVO DESPROVIDO. 1. In casu, para se chegar à conclusão de que a prova cuja produção foi requerida pela parte seria ou não indispensável à solução da controvérsia, seria necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, a teor do enunciado 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 841.164/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA FINANCEIRA. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS AD EXITUM. **PRODUÇÃO DE PROVAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.** 1. Segundo jurisprudência do STJ, ao juiz, como destinatário da prova, cabe indeferir as que entender impertinentes, sem que tal implique cerceamento de defesa. Incidência da Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame da divergência, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1044194/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. **ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7/STJ. REVISÃO CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 5/STJ.** 1. A análise da ocorrência de cerceamento de defesa, em virtude do julgamento antecipado da lide, esbarra no óbice do Enunciado n.º 7/STJ, pois, para se concluir que a prova documental não seria suficiente, a justificar a necessidade de produção de outras provas, seria necessário o reexame de circunstâncias fáticas e do conjunto probatório constante nos autos. [...] 4. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1441476/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em

# *Superior Tribunal de Justiça*

03/10/2017, DJe 19/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO. LIQUIDEZ. PRECEDENTES. **ART. 130 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.** [...] 3. A determinação da realização de provas, a qualquer tempo e sob o livre convencimento do magistrado, é uma faculdade deste, incumbindo-lhe sopesar sua necessidade e indeferir diligências inúteis, protelatórias ou desnecessárias. **Dessa forma, o juízo acerca da produção da prova compete soberanamente às instâncias ordinárias e o seu reexame, na estreita via do recurso especial, encontra o óbice de que trata o verbete nº 7 da Súmula desta Corte.** 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 576.838/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016) [grifou-se]

4. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator